

capa

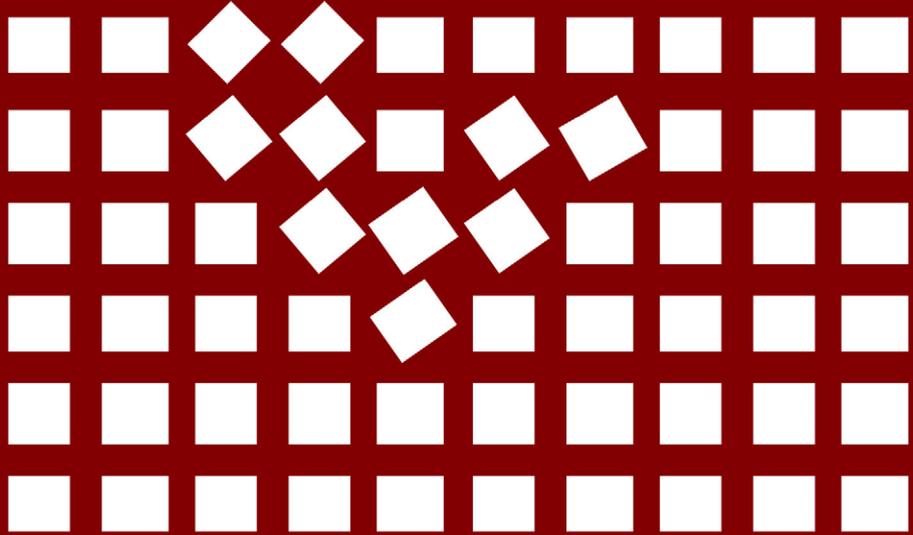
Jamie Peck

tradução

Luísa Sobral

supervisão

Hipólita Siqueira



Desenvolvimento Regional Desigual

RESUMO

Um conceito fundante na Economia Política Geográfica e um fato recorrente da vida, o desenvolvimento regional desigual refere-se não apenas à desigualdade geográfica, mas também à interdependência mútua do crescimento e declínio localizados, relações de exploração entre regiões centrais e periféricas, posições conjunturalmente específicas nas divisões espaciais do trabalho e modos de des/conexão a cadeias globais de valor qualitativamente diferenciadas. As origens do conceito de desenvolvimento desigual podem ser traçadas até a teoria política de Leon Trotsky. Após algumas décadas no esquecimento, o conceito foi redescoberto e adaptado por geógrafos marxianos, os quais chamaram atenção para seu papel imprescindível (porém, longe de ser singular ou previsível) no desenvolvimento capitalista. O reconhecimento do desenvolvimento regional desigual, teórica e empiricamente, adquiriu, de diversas formas, um status quase canônico no campo pluralista da geografia econômica, tendo inclusive ganhado um lugar mais restrito na geografia econômica ortodoxa.

Palavras-chave: Capital; Capitalismo; Desenvolvimento econômico; Geografia econômica; Economia; Emprego e desemprego; Geografia industrial; Corporação multinacional; Geografia radical; Desenvolvimento regional; Geografia regional; Regionalismo; Reestruturação.

ABSTRACT

A foundational concept in political-economic geography, as well as a stubborn fact of life, uneven regional development refers not just to geographical inequality but to the mutual interdependence of localized growth and decline, to exploitative relations between regions of the core and the periphery, to conjuncturely specific positions within spatial divisions of labor, and to qualitatively differentiated modes of dis/connection to global value chains. The origins of the concept of uneven development can be traced to the political theory of Leon Trotsky. After some decades in the wilderness, the concept was rediscovered and repurposed by Marxian geographers, who called attention to its necessary (but far from predictable or singular) role in capitalist development. Recognition of uneven regional development, both theoretically and empirically, has in different ways acquired almost canonical status across the pluralist field of economic geography, having even earned a more circumscribed place in orthodox geographical economics.

Keywords: Capital; Capitalism; Economic development; Economic geography; Economy; Employment and unemployment; Industrial geography; Multinational corporation; Radical geography; Regional development; Regional geography; Regionalism; Restructuring.

Jamie Peck

é um dos mais influentes geógrafos da atualidade, professor titular do Departamento de Geografia da University of British Columbia (UBC), cujas contribuições há décadas vêm ajudando a moldar o debate intelectual transversal à Geografia Humana, especialmente na área da Geografia Econômica Política. Sua obra inclui importantes reflexões sobre a dinâmica da neoliberalização e a mobilidade de práticas políticas, bem como as transformações econômicas da governança urbana e das regulações sobre o mercado de trabalho. Atualmente, ele tem trabalhado na construção de projetos de pesquisa sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Seus livros mais recentes incluem Doreen Massey: critical dialogues (2018), Offshore: exploring the worlds of global outsourcing (2017) e Fast policy: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism, com Nik Theodore (2015).

jamie.peck@geog.ubc.ca

Desenvolvimento desigual¹²³ é um conceito fundante na economia política, especialmente suas variantes marxianas, ao indicar as relações assimétricas e de exploração entre classes, empresas e países. Todas elas são compreendidas como traços endêmicos e não transitórios do desenvolvimento capitalista. Quando refere-se a uma escala subnacional de cidades e regiões, o desenvolvimento desigual remete a uma economia em desequilíbrio, caracterizada pela coexistência dinâmica de crescimento regionalizado e declínio localizado, pela lógica “*slash and burn*”⁴ da colonização político-econômica e do abandono, por interações desiguais e relações de poder assimétricas entre centros e periferias e por formas variegadas de des/conexão com a matriz do desenvolvimento econômico transnacional. Padrões e formas específicas de desenvolvimento regional desigual são sempre historicamente e conjuntamente contingentes, mas a produção do desenvolvimento desigual em si, como uma condição generalizada, é um fenômeno recorrente e efetivamente sistemático. Economistas políticos reconhecem esse traço como determinante (necessário) para o desenvolvimento capitalista. Economistas ortodoxos, na medida em que não usam nem o termo nem o conceito, têm achado cada vez mais necessário considerar o fato do desenvolvimento espacial desigual (ainda que nos termos mais despolitizados de economias de aglomeração e de dependência da trajetória).

Foi Leon Trotsky quem primeiro invocou a noção de desenvolvimento desigual, sendo essa central ao seu entendimento de “revolução permanente”. Trotsky rejeitava visões etapistas do capitalismo (e do socialismo), por causa de seu “esquematismo pedante”, insistindo, ao contrário, que “[des]igualdade [é] a lei mais geral do processo histórico” (TROTSKY, [1932] 2008, p. 5)⁵. Isso chamou atenção para as

relações complexas (e mutualmente constitutivas) entre economias avançadas e atrasadas, conectando o desenvolvimento político-econômico avançado de algumas regiões ao subdesenvolvimento de outras. Ernest Mendel (1979, p. 34) sugeriu que essa “ideia inovadora” foi posteriormente “amplamente assimilada”, inclusive em escolas mais ortodoxas, mas, como Neil Smith e outros refletiram desde então, a noção de que a diferença (geográfica) está em toda parte é facilmente banalizada, por vezes buscando dar conta de praticamente tudo, quando, de fato, não explica nada. O conceito de desenvolvimento desigual, Smith (2006, p. 180) ressaltou, havia sido “submetido a uma falta de seriedade analítica excepcional”⁶ na metade do século após sua inauguração prematura como uma “lei” da teoria marxista nos anos 1920; devido a toda a sua atração enigmática, a ideia parecia ter “virado um mistério”. Jon Elster (1986, p. 56), por sua vez, entendia que o conceito pertence àquela “classe de noções marxistas cuja sugestividade é equiparada apenas à sua indefinição.”⁷

Entretanto, Elster não levou em consideração os desenvolvimentos na geografia radical, onde muito mais estava sendo feito com base nesse conceito sugestivo, especialmente por aqueles que vinham, desde o final dos anos 1970, trabalhando para “espacializar” várias correntes da teoria marxista. Entre outras coisas, essa linha de trabalho estava levantando questões sobre desenvolvimento desigual em escalas que não eram a nacional. Especificamente, a noção de desenvolvimento *urbano e regional* desigual, tratada apenas indiretamente nos primeiros textos, seria foco de atenção constante (e produtiva) (ver HARVEY, [1982] 2006; DUNFORD; PERRONS, 1983; MASSEY, [1984] 1995; SMITH, [1984] 2008). Isso incluía trabalhos fundamentais sobre divisões espaciais do trabalho e as geografias de reestruturação industrial em rápida transformação; sobre as causas extrarregionais dos “problemas regionais”, tais como desemprego estrutural e declínio econômico de longo prazo; sobre gentrificação, suburbanização e transformação metropolitana; e, em termos mais abstratos, sobre a lógica contraditória das metamorfoses do capital, crises de desvalorização e a dialética da fixidez e do movimento no processo de acumulação.

Na geografia econômica, em particular, a ideia de que transformações político-econômicas, capitalistas ou não, são necessária e inescapavelmente caracterizadas pelo desenvolvimento espacial desigual adquiriria posteriormente um caráter quase fundamental, ainda que isso fosse (por vezes) observado apenas implicitamente, como uma condição de existência para

1 **N.T.:** A tradução deste texto representa contribuição central para as discussões do workshop sobre desenvolvimento desigual e combinado, com o foco nos estudantes de pós-graduação. Essa atividade ocorre no âmbito do acordo de cooperação entre o Departamento de Geografia da Universidade da Columbia Britânica, Canadá, e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), coordenado por Hipólita Siqueira e Jamie Peck.

2 A Wiley Brothers generosamente autorizou a tradução e publicação deste artigo publicado originalmente pela editora.

3 O conceito de desenvolvimento desigual é traduzido do inglês *uneven development*. Sua tradução mais literal seria “desenvolvimento desnivelado” ou “desenvolvimento irregular” e não carrega tão somente os significados da palavra *unequal*, ou “desigual”. (N.T.)

4 Expressão em inglês que qualifica algo agressivo e impiedoso. Literalmente, poderia ser traduzido como “corte e queima”. Origina-se na prática agrícola de corte e queima de plantação para produzir algo novo e temporário. (N.T.)

5 No original: “[u]nevenness [is] the most general law of the historic process”.

6 No original: “subject to a remarkable lack of serious analysis”.

7 No original: “class of Marxist notions whose suggestiveness is equaled only by their elusiveness”.

estudos de formações, processos e práticas econômicas localizados. Aqui, a visão reconhecida de que economias (do mundo real) variam significativamente (e às vezes sistematicamente) no espaço — em vez de tender a uma forma convergente, universal ou trans-histórica — é amplamente compartilhada, para não dizer axiomática. A ampla utilização, por todo esse campo, de estudos de caso e unidades de análise urbanos e regionais (i.e. subnacionais), de entendimentos baseados em rede de nós e modos de desenvolvimento distanciados, ainda que conectados, e de conceitos agora básicos, tais como divisão espacial do trabalho, com suas implicações para paisagens de lucratividade em movimento, padrões de emprego, regulação social, riqueza e cálculo socioeconômico — todas podendo refletir uma presunção ontológica generalizada de desenvolvimento desigual e um mundo de economias “locais” distintas geograficamente diferenciado, com externalidades constitutivas, posicionadas diversamente umas em relação às outras.

Esse consenso solto em torno do problema do desenvolvimento espacial desigual (seja como uma proposição analítica ativa ou como um “pano de fundo” para estudos localizados) sustenta grande parte do campo ecleticamente pluralista e heterodoxo da geografia econômica atualmente, embora ele tenda a ocupar uma posição estranha (e relativamente marginal) na teoria econômica ortodoxa (assim como o faz na construção neoliberal de políticas públicas). Nas discussões do *mainstream* da Economia, apesar de consideráveis evidências contrárias, há fé contínua no alcance universal das forças do mercado e “leis” econômicas singulares, em tendências balanceadoras e eficiências dinâmicas de longo prazo, e no papel da integração global como uma fonte de convergência (para cima), tipicamente casada com o comprometimento de remover “obstáculos” políticos e “barreiras” institucionais ao que deveria ser, ao contrário, uma economia de livre mercado funcional. Empiricamente, o desenvolvimento regional desigual deve ser reconhecido, é claro, mas entende-se que ele reflete um estado transitório, ligado a dotações naturais, que, no longo prazo, será minado por tendências competitivas pela equalização dos fatores de retorno e convergência em direção a um desenvolvimento mais “equilibrado” e eficiente. Economistas inclinados à Geografia agora exploram a economia da aglomeração espacial e formas “aglomeradas” de desenvolvimento industrial, apesar de o fazerem abrindo mão de apenas algumas dessas premissas ortodoxas.

Em comparação, para economistas envolvidos na teorização político-econômica, as noções de desenvolvimento regional desigual são mais disruptivas, mais desconcertantes; elas indicam conflito e contra-

dição, inconstância e desigualdade, descontinuidade e divergência. Eles também levantam uma série de questões políticas sobre imperialismo e colonialismo, sobre as interconexões entre criação de riqueza e geração de pobreza, sobre os problemas do “controle externo”, sobre modos de desenvolvimento de exploração ou de “dependência”, sobre as causas e consequências do “subdesenvolvimento” localizado e a reprodução de “problemas regionais”, sobre o papel e responsabilidades de cidades globais, sobre subúrbios parasitas e áreas centrais das cidades falidas, sobre a exploração ambiental não sustentável, sobre os resultados distributivos de diferentes modelos de crescimento ou de paradigmas de políticas públicas e sobre equidade socioespacial e justiça social global. Contrastando com as promessas vazias de convergência competitiva através das trocas de mercado e modelos *lift-every-boat*⁸ de crescimento neoliberalizado, essas questões são tudo, menos um passeio calmo.

DESIGUALDADE NA TEORIA

Críticas à noção stalinista de “socialismo em um país”, as ideias de Trotsky sobre o que ele chamava de “desenvolvimento desigual e combinado” posicionavam as trajetórias de revolução socialista no contexto do sistema mundial emergente do capitalismo. Contrariamente à visão de que transições ao socialismo teriam maior probabilidade de acontecer em países capitalistas “em estágio avançado”, impulsionados pelo aprofundamento das contradições econômicas e provocados pelos limites do reformismo, Trotsky argumentava que circunstâncias voláteis dos chamados países atrasados, como a Rússia, eram potencialmente mais propensas à mudança revolucionária. (Ele não via padrão comum de evolução nem tinha uma visão etapista e universal que pudesse ser aplicada a todas as sociedades). A integração progressiva, *porém desigual* do sistema capitalista mundial significava que países (ou regiões) diferentes exibiriam trajetórias de desenvolvimento qualitativamente distintas, seus prospectos econômicos e políticos seriam moldados através de interdependências mútuas e interações de vários tipos (por exemplo, envolvendo comércio, relações geopolíticas, difusão tecnológica e ligações culturais), ambos um com o outro e com a totalidade emergente do sistema mundial, devidamente refletido em padrões particularizados de política e poder de classe. “Saltos” não lineares e viradas ortogonais

8 A expressão *a rising tide lifts all boats* usada pelos economistas ortodoxos refere-se à ideia de que o crescimento econômico beneficia a todos os indivíduos, sem distinção. (N.T.)

são consequentemente (sempre) possíveis, ainda que raramente previsíveis.

O Capitalismo [...] prepara e, em certo sentido, realiza a universalidade e permanência do desenvolvimento do homem (sic). Assim, a repetição das formas de desenvolvimento por diferentes nações é descartada. Embora compelido a seguir os passos de países avançados, um país atrasado não leva as coisas da mesma forma [...] Selvagens jogam fora seus arcos e flechas por rifles imediatamente, sem percorrer a estrada que existe entre aquelas duas armas no passado. Os colonos europeus na América não começaram a história toda de uma vez do início [...] O desenvolvimento de nações historicamente atrasadas leva necessariamente a uma combinação peculiar de diferentes estágios do processo histórico. Seu desenvolvimento como um todo adquire um caráter combinado, complexo e não planejado. (TROTSKY, [1932] 1980, p. 4)⁹

Essas condições conferiam um irônico “privilegio do atraso histórico” a alguns países com um “ritmo lento” de desenvolvimento, no sentido de que economias atrasadas, aquelas “se segurando na ponta da cauda das nações europeias”, poderiam se encontrar na vanguarda de um salto de um estágio para outro, do capitalismo para o comunismo (TROTSKY, [1932] 1980, p. 5 e 74). Ainda que algumas das formulações de Trotsky soem rudimentares hoje, e ainda que seu contexto político possa parecer peculiar ou até anacrônico, elas recorrem a uma compreensão sofisticada, dialética do desenvolvimento desigual como um fenômeno relacional. Países (e regiões) têm suas trajetórias e histórias próprias e distintas, com frequência combinando o velho com o novo, mas essas são moldadas por meio de interações mútuas e conectividades de longa distância com outros lugares. E elas ocupam, conjunturalmente, posições específicas no sistema mundial em evolução (ao mesmo tempo que moldam de forma recorrente esse siste-

9 No original: “Capitalism ... prepares and, in a certain sense, realizes the universality and permanence of man’s (sic) development. By this the repetition of the forms of development by different nations is ruled out. Although compelled to follow after the advanced countries, a backward country does not take things in the same order ... Savages throw away their bows and arrows for rifles all at once, without traveling the road that lay between those two weapons in the past. The European colonists in America did not begin history all over again from the beginning ... The development of historically backward nations leads necessarily to a peculiar combination of different stages in the historic process. Their development as a whole acquires a planless, complex, combined character.”

ma), entendido como uma totalidade emergente em vez de um recipiente pré-moldado ou como fonte de determinação de cima para baixo.

As observações em primeira mão de Trotsky sobre as geografias históricas da Rússia na virada do século XX foram instrumentais na formação dessa compreensão do desenvolvimento desigual e combinado. Naquele momento, aquele país tinha algumas ilhas de relativo avanço industrial, boa parte restrita às grandes cidades (e frequentemente ligadas a várias formas de produção militar, financiadas por potências europeias). Ainda assim, essas encontravam-se em um mar de subdesenvolvimento feudal, pois a Rússia permanecia uma sociedade amplamente camponesa, e sua burguesia era relativamente fraca e existia como um acessório ao Estado czarista. Essa conjuntura era caracterizada como um “amalgama de formas arcaicas e contemporâneas” instável, uma combinação de “culturas retrógradas” e integração capitalista desigual provocando picos e retrocessos alternados, inflamando tensões político-econômicas e toda sorte de fricções contraditórias, salientadas mais adiante pelo “açóite da necessidade externa”¹⁰ (TROTSKY, [1932], 2008, p. 5). Sob essas condições, Trotsky entendeu que a transformação social seria liderada não pela nascente classe capitalista russa, por virtude da sua falta de independência política do Estado autocrático, mas por uma revolta se originando na força de trabalho urbanizada. (Foi a extensa fábrica de Putilov em São Petersburgo — um complexo de ferrovias, artilharia e fábricas de aço que empregava mais de 20 mil trabalhadores — que se tornou oportunamente o epicentro da onda de greves, organizadas pelo Soviete de Petrogrado e que se tornaram o terreno fértil para a Revolução Russa de 1917).

O Soviete de Petrogrado guarda seu lugar na História, no panteão das “lutas de classe urbanas”, da Comuna de Paris de 1871 à onda de protestos anticapitalistas, antiguerra e por direitos civis em 1968, e da Primavera de Praga ao *Occupy Wall Street* (HARVEY, 2012, p. 115). Essas geografias altamente desiguais de insurreição localizada são dificilmente previsíveis, nem é preciso dizer, mas tampouco sua espacialidade é inteiramente aleatória. Historicamente, as cidades serviram como pontos de base vitais para a entrelaçada (re)organização territorial entre acumulação de capital, reprodução social e capacidades estatais; elas são também lugares onde as pressões de crescimento intensificado e reestruturação atingem periodicamente o ponto de ebulição. Essas preocupações têm sido centrais ao projeto de longo prazo de Da-

10 No original: “whip of external necessity”.

vid Harvey de construir um materialismo histórico-geográfico, fundado no marxismo, mas ao mesmo tempo amplificando e elaborando o que ele vê como espacialidades distintas do capitalismo — desenvolvimento desigual entendido como sendo, simultaneamente, um motor do sistema, uma expressão de algumas das suas mais persistentes contradições e um gatilho tanto para políticas reformistas quanto disruptivas. Se o período de 1898 a 1917 e o alcance das análises iniciais de Trotsky podem ser enxergados como “o verdadeiro nascimento do desenvolvimento desigual na economia política global”¹¹ (SMITH, 2006, p. 185), as experiências do século seguinte poriam fim à noção de que o desnivelamento geográfico era meramente o resíduo desordenado de um passado pré-capitalista, sujeito à irrelevância histórica pela difusão modernizadora das relações de mercado. Como demonstraram os trabalhos de David Harvey, Neil Smith e outros, (historicamente) novas formas de desenvolvimento desigual espacial estavam sendo produzidas pelo próprio capitalismo, sobrepostas às desigualdades espaciais herdadas e não por acidente ou acaso, mas em acordo com as “contradições em movimento” da acumulação comandada pelos lucros (HARVEY, 2014).

Foi Harvey quem primeiro elaborou uma compreensão da lógica capitalista do desenvolvimento desigual em seu *Limits to Capital* (1982). Aqui, ele demonstrou que, através do infindável fluxo e refluxo do processo de acumulação, a massa do capital fixo tende a crescer com o passar do tempo, relativo ao capital circulante, acumulando-se no lugar na forma de infraestruturas relativamente fixas, tal que as condições para expansão lucrativa numa fase potencialmente prejudiquem o desenvolvimento na próxima. Em resumo de seu argumento, Harvey (2014, p. 155) explicou,

O Capital tem que, periodicamente, quebrar as limitações impostas pelo mundo que construiu. Ele corre risco mortal de esclerosar-se. A construção de uma paisagem favorável à acumulação capitalista em uma era torna-se, em resumo, uma corrente para a acumulação na próxima. O Capital, portanto, deve desvalorizar grande parte do capital fixo na paisagem geográfica existente para poder construir uma paisagem inteiramente nova em uma imagem diferente [...] O [C]apital cria uma paisagem geográfica que vai ao encontro de suas necessidades em um dado momento apenas para destruí-la em

11 No original: “the birth of uneven development proper in the global political economy”.

um momento posterior de modo a facilitar, mais adiante, a expansão e transformação qualitativa do capital. O Capital libera os poderes da “destruição criativa” sobre a terra.¹²

O capitalismo nasceu em um mundo de desenvolvimento desigual, na transição prolongada do feudalismo, mas iria habitar e refazer esse mundo, cada vez mais, à sua própria imagem. Tendo originalmente encontrado um “ambiente geográfico variado [...] abrange[ndo] grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho”, as forças liberadas pelo capitalismo iriam “atacar, erodir, dissolver e transformar grande parte da economia e da cultura pré-capitalista”¹³ (HARVEY [1982] 2006, p. 416). Essas fontes de desenvolvimento desigual herdado (ou “importado”) haviam sido exploradas anteriormente por Rosa Luxemburgo. Essa autora sustentou que o capitalismo estava destinado a permanecer contraditoriamente codependente de seu “exterior”, aqueles mundos extracapitalistas (socioecológicos) que precedem e excedem o processo de acumulação, enquanto, ao mesmo tempo, fornecem uma fonte de materiais brutos, mão de obra e mercados não completamente manejáveis para um sistema de acumulação propenso a crises. Progressivamente, o imperialismo se tornaria o principal meio para anexar o mundo não capitalista, acreditava Luxemburgo, cujos efeitos devastadores traçariam não só as “novas fronteiras” de produção, mas, em última instância, a fronteira final do capitalismo (como Lenin, ela via o imperialismo como o mais alto, mas também mais terminal estágio do capitalismo). Qualquer efeito “nivelador” do capitalismo seria, para Luxemburgo, atenuado pelo fato de que o sistema de acumulação precisa viver *do e através* de seu entorno” (LUXEMBURGO apud SMITH, 2006, p. 184).

A contribuição de Harvey foi notável ao revelar como o desenvolvimento geográfico desigual é “produzido ativamente” por forças intrínsecas ao capitalismo, no sentido de integrar tanto a lógica quanto

12 No original: “Capital has periodically to break out of the constraints imposed by the world it has constructed. It is in mortal danger of becoming sclerotic. The building of a geographical landscape favourable to capital accumulation in one era becomes, in short, a fetter upon accumulation in the next. Capital therefore has to devalue much of the fixed capital in the existing geographical landscape in order to build a wholly new landscape in a different image ... [C]apital creates a geographical landscape that meets its needs at one point in time only to have to destroy it at a later point in time to facilitate capital's further expansion and qualitative transformation. Capital unleashes the powers of “creative destruction” upon the land.”

13 No original: “attack, erode, dissolve and transform much of the pre-capitalist economy and culture”.

as contradições da forma-valor: assim como a “acumulação de capital e miséria andam de mãos dadas, concentradas no espaço,”¹⁴ também as cidades e regiões que mais crescem estão propensas ao aumento de custos, externalidades negativas e uma política de classe inquieta, gerando (contra)tendências para a dispersão espacial (HARVEY, [1982] 2006, p. 416 e 418), enquanto o ciclo não repetitivo continua. Com base na busca e análise dessas dinâmicas interrelacionadas do aprofundamento (no lugar) e dispersão (pelo espaço) de capital, Harvey propôs sua “terceira versão” da teoria da formação das crises, na qual reconheceu a normalidade sistêmica da reestruturação incansável, depreciação local específica e fuga de capital localizada, revelando que a quebra em um local e o *boom* em outro são ambas manifestações da mesma macrodinâmica.

Esses são motores da destruição criativa como um processo geográfico. A necessidade insaciável do Capital por “ajustes espaciais” resulta numa suscetibilidade não apenas à inércia, mas à estagnação, contra a qual “crises de transição” cada vez mais violentas buscam sair de locais expropriados, onde o crescimento do lucro e da produtividade atingiram seus limites, abrindo novas frentes de acumulação. “Crises se constroem, portanto, *através* do desenvolvimento geográfico desigual,” sendo mais deslocadas que mitigadas, “moviment[ando] falhas sistêmicas do capitalismo de lugar para lugar”¹⁵ (HARVEY, [1982] 2006, p. 431, ênfase nossa; 2014, p. 161). O deslocamento exterior consequentemente reflete, mas não suspende crises inerentes da forma de valor; os problemas podem ser transferidos de região para região, resultando em ajustes temporários, mas as contradições apenas crescem.

Se, em *Limits to Capital*, Harvey sempre considerou sua espacialização da teoria marxiana como “incompleta”, ele delegaria os próximos passos a seu estudante Neil Smith. *Uneven Development* de Smith buscou, compreensivelmente, ressuscitar o conceito do desenvolvimento desigual, abrindo novo caminho teórico no seio de uma tradição marxiana que havia passado a depender de concepções do espaço pouco desenvolvidas (se não burguesas); e foi abordado na “geografia acadêmica”, que reconhecia diferenças espaciais, mas, ao mesmo tempo, tinha um hábito de esvaziá-las de conteúdo histórico e político significativo. A sua teorização do desenvolvimento geográfico

desigual seria sustentada não como a fonte de leis deterministas, mas como um motor dinâmico e contraditório do processo de acumulação. Para Smith, “desenvolvimento desigual” era “desigualdade social estampada na paisagem geográfica”¹⁶ ([1984] 2008, p. 206), uma condição que não era simplesmente encontrada por um capitalismo sempre em expansão, mas que era sistematicamente explorada por e reproduzida através de relações sociais capitalistas. Sua análise implicava, particularmente, uma compreensão da natureza *escalar* do desenvolvimento espacial desigual (do regional e do intralocal para o global e o internacional) como uma dimensão vital do desenvolvimento capitalista. Ecoando Harvey, Smith sustentou que o desenvolvimento espacial desigual não deveria/poderia ser reduzido a um estágio transitório, em rota para a convergência competitiva, como em versões da “terra plana” das narrativas da globalização ortodoxa, e era também muito mais que mero subproduto ou efeito colateral desagradável do crescimento capitalista. Mais que um “contêiner” para as operações padronizadas do processo de acumulação capitalista, o espaço e a escala eram em si vistos em contínua reestruturação. Seguindo pistas de Henri Lefebvre, Smith entendeu o espaço e a escala como sendo ativamente reproduzidos através das dinâmicas e contradições do capitalismo.

Smith escrevia em um tempo, início dos anos 1980, quando as lógicas perversas de acumulação, depreciação e transição espacial capitalistas estavam sendo expostas de maneira especialmente vívida. O modelo “fordista” de acumulação, baseado na integração de produção e consumo de massa, que havia sido dominante por três décadas depois da Segunda Guerra Mundial nos países de “capitalismo avançado”, começara a se desfazer. Isso fez com que as engrenagens do crescimento industrial dessem marcha a ré, em forma de “fuga de capital” para locais com mão de obra barata e livres de sindicalização na América Latina e na Ásia, por meio da extensão das cadeias de produção e da reorganização do capital multinacional; deixaram para trás regiões desindustrializadas nos novos “cinturões de ferrugem” do Meio-Oeste norte-americano e Noroeste europeu. Processos paralelos (e interrelacionados) também estavam em andamento através das escalas (em transição) do capitalismo metropolitano, tomando a forma de crescimento econômico suburbano, padrões racializados de declínio nos centros das cidades e lutas “fronteiriças” em torno da gentrificação — como momentos simultâneos de deslocamento e re-

14 No original: “*accumulation of capital and misery go hand in hand, concentrated in space*”.

15 No original: “*Crises build, therefore, through uneven geographical development*” [...] “*mov[ing] capital’s systemic failings around from place to place*”.

16 No original: “*social inequality blazoned onto the geographical landscape*”.

valorização. Essas dinâmicas foram entendidas como representações, ao mesmo tempo, de uma manifestação da infinita “reestruturação do espaço geográfico” do capital e das especificidades históricas de um momento particular de crise, enquanto um padrão era violentamente desarticulado por outro. “O Capitalismo está sempre transformando o espaço à sua própria imagem”¹⁷, explicou Smith, expressando sua lógica incansavelmente dialética de constante evolução e formas contraditórias:

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, em direção à diferenciação, mas simultânea equalização dos níveis e condições de produção. O capital está continuamente investido no ambiente construído para produzir mais-valia e expandir a própria base do capital. Mas, igualmente, o capital é continuamente retirado do ambiente construído para que possa se movimentar para outro lugar e tirar proveito de margens de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é mais nem menos uma necessidade que a circulação perpétua de capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre valor de uso e valor de troca. [O padrão resultante] na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento em um polo e subdesenvolvimento no outro [...] em um número de escalas espaciais (SMITH, [1984] 2008, p. 208 e 6).¹⁸

Naquilo que Smith apresentou como sua teoria da “gangorra” das dinâmicas capitalistas, os movimentos em busca de lucro de capital foram vistos, simultaneamente, como produtores e exploradores da “superfície

17 No original: “*Capitalism is always transforming space in its own image*”.

18 No original: “*The logic of uneven development derives specifically from the opposed tendencies, inherent in capital, toward the differentiation but simultaneous equalization of the levels and conditions of production. Capital is continually invested in the built environment in order to produce surplus value and expand the basis of capital itself. But equally, capital is continually withdrawn from the built environment so that it can move elsewhere and take advantage of higher profit rates. The spatial immobilization of productive capital in its material form is no more or less a necessity than the perpetual circulation of capital as value. Thus it is possible to see the uneven development of capitalism as the geographical expression of the more fundamental contradiction between use-value and exchange-value. [The resulting pattern] in the landscape is well known: development at one pole and underdevelopment at the other ... at a number of spatial scales*” (SMITH, [1984] 2008, p. 208 e 6).

do lucro” em transição, constantemente recalculando, reorganizando e então fluindo na direção dos mais altos retornos — um fenômeno especialmente evidente nas escalas urbana e regional. Como uma praga de gafanhotos, o capital desceria a um local, devoraria tudo de valor e depois seguiria em frente. No meio-tempo, “no processo de restauração de si mesma depois de uma praga, a região se faz madura para outra”¹⁹ (SMITH, [1984] 2008, p. 202).

Uma preocupação paralela com os caprichos da acumulação liderada pelos lucros e seu abandono na escala regional pode ser encontrada na formulação influente de Doreen Massey de divisão espacial do trabalho. Aqui, entretanto, o foco estava menos na dinâmica singular do capitalismo como um sistema integrado e mais na variedade de estratégias de reestruturação exibida por diferentes frações do capital (ou setores, tais como eletrônico, financeiro e vestuário), junto da diversa gama de condições regionais, “problemas” e conjunturas que são tanto um resultado empírico quanto um fator causal dessas geografias incessantes. A concepção de divisão espacial do trabalho de Massey devia menos a Harvey do que a uma corrente diferente da escola marxiana, segundo Hymer (1972), na qual a estrutura corporativa da firma multinacional em evolução (e, portanto, “multilocal”) encontrou uma analogia espacial nas relações desiguais e assimétricas entre regiões sede, instalações administrativas e filiais. Fundamentalmente, a abordagem de Massey também dialogava com uma compreensão mais intrinsecamente “relacional” da espacialidade capitalista, levando em consideração as especificidades da mudança contingente, em localidades e regiões identificadas, como mais que particularidades empíricas ou “ruído” em torno de tendências estruturais comuns. Para Massey, divisões espaciais do trabalho eram “mais que apenas novos padrões, um tipo de reembalamento do mesmo pacote velho de cartas,”²⁰ porque elas implicavam formas muito mais profundas de reestruturação, assim como “conjuntos inteiramente novos de relações entre atividades em diferentes lugares, novos padrões espaciais de organização social, novas dimensões de desigualdade e novas relações de dominação e dependência”²¹ (MASSEY, 1984, p. 8).

Para Massey, as regiões ocupam posições únicas

19 No original: “*in the process of restoring itself after one plague the region makes itself ripe for another*”.

20 No original: “*more than just new patterns, a kind of geographical re-shuffling of the same old pack of cards*”.

21 No original: “*whole new sets of relations between activities in different places, new spatial patterns of social organisation, new dimensions of inequality and new relations of dominance and dependence*”.

em divisões de trabalho mais amplas, suas culturas políticas e perfis de classe e gênero refletindo (de forma “sedimentada”) os efeitos cumulativos da sucessão de papéis históricos que aqueles lugares ocuparam em diferentes redes de produção, hierarquias corporativas, indústrias, carteiras de investimentos e “rodadas de acumulação”. Cada rodada de acumulação (ou padrão de investimento em, digamos, engenharia pesada ou serviços administrativos) é associada a geografias lucrativas particulares, emergentes da produção e do emprego. Esse quadro permite, simultaneamente, a análise situada de economias regionais (em relação a histórias locais e relações inter-regionais) e uma compreensão geograficamente sensível da mudança setorial (em relação às especificidades da inovação tecnológica, relações empregatícias e estratégias gerenciais em diferentes indústrias). Em uma (re)formulação inventiva, o referencial da divisão espacial do trabalho é representado não como um pacote, mas como um jogo de cartas (GREGORY, 1989), em que os quatro naipes se referem a diferentes rodadas de investimento, enquanto a hierarquia de funções (locais), desde o trabalho de montagem de baixa qualificação, passando por pesquisa e desenvolvimento profissionalizado até o controle gerencial, é indicada pelo número de símbolos. Cada jogador (local) deve trabalhar as suas chances da melhor maneira possível, com as mãos que lhes são dadas, a sucessão de mãos levando ao montante de partidas ganhas ou perdidas. Em sua face, cada carta é única, embora, ao mesmo tempo, seu valor e papel no jogo reflitam a(s) (complexa combinação de) relações com as outras cartas.

Massey posicionou seu argumento contra o tipo de análise “bidimensional” da transformação industrial e do emprego encontrada na economia geográfica neoclássica (em que a geografia do trabalho era correlacionada à geografia dos salários ou habilidade, por exemplo), sustentando que “o espaço não é uma superfície passiva na qual as relações de produção são mapeadas”²² e, ao contrário, apelando pela conceitualização e interrogação do que ela chamou de “estruturas espaciais da produção”, reconhecendo a inextricabilidade do social e do espacial, da produção e da política (1984, p. 68). Ela também buscou diferenciar sua abordagem em *Spatial Divisions of Labour* [Divisões Espaciais do Trabalho] da “insensibilidade ‘marxista mecanicista’” com relação à particularidade e de estilos de análise que

Olham para o mundo como se ele fosse meramente o produto pré-determinado de um conjunto de leis e tendências. Tais abordagens deixam pouca margem para a luta e o conflito reais, menos ainda para surpresas e retrocessos... [A] geografia da indústria é um objeto de luta. O mundo não é simplesmente um produto das exigências do capital (1984, p. 70 e 6-7).²³

Diferentemente do tratamento mais abstrato de Harvey e de Smith, Massey envolveu uma análise mais focada em relações de transição de classe, gênero e emprego na economia britânica, permitindo-lhe extrair as particularidades do desenvolvimento geográfico desigual associadas à modernização (keynesiana) nos anos 1960 e ao monetarismo (neoliberal) nos anos 1980. Ela estava escrevendo, a partir de uma posição de engajamento político ativo, durante um período devastador de desindustrialização acelerada, resultando em ondas de fechamento de fábricas e perdas massivas de emprego, especialmente no Norte e Oeste inglês, culminando em eventos políticos marcantes, tais como a greve de mineiros de carvão de 1984-85 e a abolição do *Greater London Council* [Conselho da Grande Londres], municipal e socialista, em 1986.

No entanto, essa também foi uma época em que geografias alternativas de relações de classe e novos modelos de crescimento econômico foram forjados, o que se refletia na sobreposição de novas divisões espaciais do trabalho, favorecendo setores como os de serviços empresariais e financeiros, e de regiões como Londres e o Sudeste inglês, em particular. A “colheita selvagem”, que David Harvey ([1982] 2006, p. 429) havia retratado anteriormente como contradições inerentes ao capital, estava lá para todos verem, mas nem a forma nem as contradições do que se tornou conhecido como “reestruturação” estavam sendo elaboradas de maneira singular. Isso significava que não havia apenas uma, mas diversas consequências localizadas — para sindicatos trabalhistas, para grupos comunitários, para agências de desenvolvimento econômico —, e não uma, mas diversas aberturas políticas e oportunidades em potencial, assim como ameaças. Havia, conseqüentemente, tanto motivações políticas quanto analíticas para levar as “localidades” a sério. Antecipando um tema que Massey ([1984] 1995, p. 326) exploraria

22 No original: “space is not a passive surface on to which the relations or production are mapped”.

23 No original: “Look at the world as if it were merely the pre-determined product of a set of laws and tendencies. Such approaches leave little scope for real conflict and struggle, still less for surprise and setback ... [T]he geography of industry is an object of struggle. The world is not simply a product of capital's requirements”.

em trabalho posterior, essa atenção às especificidades da mudança local e setorial fazia parte de um esforço de “pensar a política do lugar e do desenvolvimento desigual de uma forma diferente”.

PROBLEMATIZANDO REGIÕES

“Região” talvez seja um dos significantes mais instáveis da geografia humana. Por volta de meados do século XX, o campo era praticamente definido por sua preocupação com regiões e o tipo de descrições ideográficas típicas da geografia regional em que as características locais eram autoevidentes, isso quando não eram implicitamente explicadas por outras características (unicamente) locais. A busca positivista por “leis espaciais” nos anos 1950 e 1960 representaram uma reação contra essa tradição há muito estabelecida, em que lugares povoados eram reduzidos a espaços de cálculo econômico racional e minimização de custos, à medida que o campo era trazido mais para perto da economia neoclássica. Na geografia humana, a virada subsequente ao marxismo e, então, a uma gama mais ampla de teorias sociais críticas, dos anos 1970, pôs “a região” em questão novamente, ao mesmo tempo, (re)politizando a região (ver DUNFORD; PERRONS, 1983).

Até mesmo nas primeiras formulações de Harvey, regiões apareciam como epifenômeno das correntes mais profundas do desenvolvimento geográfico desigual sob o capitalismo, refletindo-se na fixidez relativa do ambiente construído, a territorialidade de infraestruturas sociais e assim por diante. Ele não era um daqueles que negava o papel dos “sentimentos humanos” na precipitação e agravamento dos conflitos (de classe), mas sua preocupação inicial havia sido com a “base material” desses conflitos recorrentes, como se vê no “processo de circulação do próprio capital” (HARVEY, [1982] 2006, p. 419). No entanto, tal como Ray Hudson argumentou, uma coisa é destacar que a produção de “regiões problema” — como sua própria região de origem no Nordeste inglês, com seu histórico de mineração de carvão, construção de navios, engenharia pesada e produção de aço, todos em longo declínio — é “inscrita na lógica interna do modo de produção capitalista”, outra bem diferente é explicar fatores paralelos, como políticas de Estado, sem falar na gama de condições sociopolíticas inseridas e aculturadas, conforme expressas e experienciadas nas regiões de fato.

Apesar da análise de Harvey demonstrar que haverá, inevitavelmente, “regiões problema” [...] por causa de mecanismos causais que são parte inte-

grante do processo de desenvolvimento desigual, isso não revela e não pode revelar *quais* regiões se tornarão “problemáticas”. Essa é uma questão contingente, assim como a mudança na posição do Nordeste de “centro” para “periferia” na economia mundial e a emergência desse aspecto do desenvolvimento desigual como uma questão *política* exemplifica (HUDSON, 1989, p. ii).²⁴

O argumento de Hudson não era simplesmente de que a política nunca pode ser reduzida a ou “interpretada a partir de” dinâmicas do desenvolvimento desigual capitalista, por mais profunda que seja a análise, mas, além disso, que as espacialidades contraditórias do Estado exibiam relativa autonomia também. O Estado não é apenas um gestor, é também um produtor de desenvolvimento espacial desigual, ou que tem sido chamado de “espaço estatal” (ver BRENNER, 2004). Como uma questão de princípio metodológico, “concepções caóticas” como a região não deveriam ser objetificadas e o seu significado e relevância deveriam emergir (em vez de serem pressupostas) de uma teorização do desenvolvimento geográfico desigual, mesmo assim, elas são ainda sujeitas à objetificação por formuladores de políticas do Estado e outros atores políticos. Claramente, o Estado estava atuando em e sobre “regiões-problema”, como o Nordeste de Hudson, cujas fortunas oscilantes foram profundamente moldadas por uma enxurrada de políticas regionais e intervenções espaciais.

Essas questões em torno das políticas do desenvolvimento regional desigual, das políticas de Estado e da responsabilidade política, anteriormente, haviam sido postas de forma bastante enfática por Doreen Massey em seu profícuo artigo *In what sense a regional problem?* [Em que sentido um problema regional?]. Foi aqui que Massey introduziu pela primeira vez o conceito de divisão espacial do trabalho, “para construir um argumento” de que problemas do capital não deveriam ser (mal) representados como problemas de regiões específicas, devido à carência de mão de obra ou ausência de espírito empreendedor: historicamente, já que a acumulação capitalista sempre envolveu a “abertura de algumas áreas e o abandono de outras, [então] o ‘problema regional’ não é um problema produzido pelas regiões, mas pela

24 No original: “Although Harvey’s analysis shows that there will inevitably be “problem regions” ... because of causal mechanisms that are an integral part of the process of uneven development, it does not and can not reveal which regions will become “problematic.” This is a contingent matter, as the switch in the position of the North East from “core” to “periphery” in the world economy and the emergence of this aspect of uneven development as a political question exemplifies”.

própria organização da produção” (MASSEY, 1979, p. 234 e 242-243). “Resolver” o problema regional, portanto, não poderia ser reduzido a uma questão de distribuição espacial ou um problema técnico de construção de uma “política-armadilha” mais eficiente, no sentido do reformismo keynesiano, já que o desemprego regionalizado tinha raízes mais profundas na deficiência de demanda agregada, na transformação técnica e na desqualificação da mão de obra, na intensificação da competição internacional e na reestruturação de sistemas multinacionais de produção.

Em outras palavras, em que sentido há um problema *regional*? A tática lugar-comum de culpar regiões (problema) por sua própria condição confunde efeitos regionalizados com causas endógenas, evadindo (raramente de forma inocentemente) a resposta real à questão retórica de Massey: “quem paga?”. Logo, existem questões sobre quem se beneficia e onde? Como a análise subsequente da redistribuição social e espacial regressiva sob o neoliberalismo de Thatcher e seu programa camuflado de “keynesianismo privatizado” revelaria, havia motivos mais atraentes para caracterizar o próspero Sudeste inglês como “a região problema da Inglaterra” (JOHN; MUSSON; TICKELL, 2002), em vista de seu financiamento mal regulado, seus mercados habitacionais, comerciais e de trabalho superaquecidos e suas infraestruturas sobrecarregadas e fracassos governamentais. (PECK; TICKELL, 1995; ALLEN; MASSEY; COCHRANE, 1998). Privilegiar regiões como o Sudeste estava também minando o potencial desenvolvimentista das províncias inglesas e suas chamadas “regiões-problema”.

Há poucos lugares em que tais questões de custos e consequências do crescimento econômico regionalizado — para não dizer as contradições do desenvolvimento regional desigual — estejam se desenrolando de forma mais dramática do que na China contemporânea. Foi Mao quem disse que “nada neste mundo se desenvolve de forma absolutamente uniforme” (apud SMITH, 2006, p. 182), um truísmo que poucos teriam questionado em seu tempo como líder do Partido Comunista Chinês (1945-1976), mas que tem sido fortemente reafirmado nas formas dramáticas de desenvolvimento desigual que acompanharam a posterior adoção chinesa do capitalismo global. A transformação em curso do país do maoísmo no sentido da mercantilização tem sido associada a desigualdades crescentes, expressas tanto em termos sociais quanto espaciais e em formas historicamente novas de desenvolvimento geográfico desigual — tanto planejadas quanto não planejadas. O modelo de crescimento da China pós-1980 tem se

baseado no desenvolvimento regional desigual, cujas gestão, contenção e reforma se tornariam, mais tarde, uma prioridade política.

Sob o premier reformista Deng Xiaoping (1982-1989), a China iniciou o processo histórico de substituição de um modelo (etapista) de desenvolvimento por outro. A declaração de que a China permaneceu no “estágio primário do socialismo” previu um distanciamento gradual das políticas tidas como apropriadas para sociedades socialistas “maduras”, tal como o bloco soviético. A alternativa, “socialismo com características chinesas”, visando acelerar o desenvolvimento econômico através do investimento concentrado de capital, liberalização seletiva e crescimento guiado pela exportação nas mesmas regiões privilegiadas de Pequim, Delta do Rio das Pérolas e Litoral Sudeste, em cujas costas as regiões atrasadas do interior rural e do Oeste deveriam avançar conforme a doutrina da “escada” (*tidu lilun*) de modernização guiada pelo mercado. O conceito de escada é uma variação chinesa da teoria ortodoxa dos polos de desenvolvimento, que sustenta que o desenvolvimento econômico se torna possível através da concentração espacial, aglomeração localizada ou regional de indústrias e atividades-chave, cujos benefícios, ao longo do tempo, espera-se que gotejem em direção a regiões menos desenvolvidas, por vezes via polos de desenvolvimento secundários. No caso chinês, o desenvolvimento acelerado ao longo das áreas costeiras do Sudeste foi facilitado por reformas experimentais, geograficamente direcionadas (inclusive em Zonas Especiais Econômicas, como Shenzhen, Shantou e Zhuhai), que deveriam produzir, além de bens manufaturados baratos para mercados globais, efeitos de demonstração e retropercutivos para regiões menos desenvolvidas.

O plano chinês (amigável ao mercado) era, portanto, atingir o objetivo histórico de desenvolvimento “maior” e mais igualitário por meio de intensificação do desenvolvimento regional desigual. Esses meios foram explorados ao máximo, certamente, mas o objetivo histórico permaneceu evasivo:

Ao endossar o “socialismo com características” chinesas e enfatizar eficiência mais que equidade, Deng se tornou uma grande força por trás da inversão na política regional. Ele apoiou o conceito de “estágio de desenvolvimento”, o qual legitima desenvolvimento regional desigual como um resultado natural e inevitável do processo de desenvolvimento. Uma vez que o estigma sobre desenvolvimento regional desigual é retirado, [elaboradores de políticas chineses estavam] então livres para advogar vantagens comparativas, espe-

cialização regional, divisão regional do trabalho e crescimento econômico liderado pelas exportações (FAN, 1997, p. 632).²⁵

O fato de que o desenvolvimento costeiro na China tem se apoiado em uma vasta “população flutuante” de trabalhadores migrantes, impelidos por virtude do subdesenvolvimento rural e deslocamento econômico em busca de trabalho nas fábricas da zona de desenvolvimento costeira, uma população em grande medida expropriada não só de direitos trabalhistas, mas de direitos habitacionais (o que está relacionado a regiões de origem sob o *hukou* ou sistema de registro residencial), salienta o argumento de que os índices explosivos de crescimento econômico do país desde os anos 1990 têm sido alcançados por meio do desenvolvimento regional desigual. Ameaças iminentes não apenas à sustentabilidade econômica, mas também à estabilidade social e política certamente não são desatreladas do apoio oficial, desde finais dos anos 1990, a esforços compensatórios para gerar redução nas desigualdades regionais, incluindo programas grandiosos de urbanização e industrialização por todo o interior ocidental. Os frequentes imperativos achapantes da acumulação capitalista continuam, no entanto, a impulsionar padrões de desenvolvimento concentrados espacialmente na China, agravando com frequência as vantagens das regiões pioneiras no topo da escada. Nesse contexto geograficamente diferenciado, modelos de desenvolvimento regional têm proliferado sob um modo de regulação que combina controle político centralizado com experimentação institucional descentralizada, cada um dos quais procura maximizar o potencial de lucratividade de posições distintas em divisões internacionais do trabalho em evolução (ZHANG; PECK, 2014).

Contrastando com muitas outras economias “em transição”, a China nunca foi obrigada a aceitar o conselho sobre política econômica das agências de desenvolvimento multilaterais, tais como Banco Mundial, nem se sujeitou a “ajustes estruturais” impostos de fora. A China criou seu próprio caminho até a mercantilização no contexto de um

grau significativo de integridade estatal. Ainda assim, ironicamente, alguns irão invocar a experiência do país como prova dos benefícios da aglomeração de “livre mercado”. Agora, formuladores de políticas estão sendo provocados a fazer máximo proveito dos efeitos de aceleração do desenvolvimento da urbanização desregulada e do investimento concentrado — o desenvolvimento regional desigual sendo representado como um estágio natural no caminho em direção a formas mais avançadas (e, em última instância, convergentes) de desenvolvimento econômico. Isso ecoa a afirmação sustentada há muito tempo pela economia clássica de que a especialização guiada pelo comércio e a concentração espacial carregam a chave para eficiências dinâmicas e de longo prazo. Esses argumentos adquiriram uma legitimidade recente no campo conhecido como Nova Geografia Econômica — tal como praticado por autores como Masahisa Fujita, J. Vernon Henderson, Paul Krugman e Jeffrey Sachs. Ao abrir mão dos pressupostos neoclássicos sobre retornos crescentes e informações perfeitas, os Novos Geógrafos Econômicos explicam a persistência do desenvolvimento espacial desigual e padrões centro-periferia enraizados a partir de economias de escala, vantagens comparativas, dotações naturais e efeitos cumulativos do crescimento dependente da trajetória. O desenvolvimento regional desigual foi devidamente reacomodado no *mainstream* das políticas econômicas.

Ainda que menos idealizada do que as correntes mais parcimoniosas da teoria neoclássica, a Nova Geografia Econômica invoca, mais uma vez, um mundo quase descaracterizado, de atores racionais, amplamente desprovido de instituições sociais, política e relações de poder. Não é surpresa, então, que essa ramificação da economia ortodoxa geralmente esteja em conflito com o campo temperamentalmente heterodoxo da geografia econômica “propriamente dita” (PECK; SHEPPARD, 2010), no qual uma série de teorias político-econômicas, culturais, institucionais e socioeconômicas continuam a imperar, e onde o desenvolvimento regional desigual é raramente equiparado a um caminho próspero racionalista ou a modelos etapistas, mas, ao contrário, permanece como um lembrete do caráter contingente, contraditório e, em última instância, sempre incompleto da acumulação liderada pelos lucros. Conforme sua maior familiaridade com realidades granuladas das economias de fato existentes, o desenvolvimento regional desigual permanece, para os geógrafos econômicos, não apenas um fato empírico recorrente, mas um axioma teórico.

25 No original: “By endorsing “socialism with Chinese characteristics” and emphasizing efficiency over equity, Deng became a major force behind the reversal in regional policy. He support[ed] the concept of “stage of development,” which legitimizes uneven regional development as a natural and inevitable outcome of the development process. Once the stigma about uneven regional development is removed, [Chinese policymakers were] then free to advocate comparative advantage, regional specialization, regional division of labor and export-led economic growth” (FAN, 1997, p. 632).

REFERÊNCIAS

- JOHN, Allen; MASSEY, Doreen; COCHRANE, Allan. **Rethinking the Region**. London: Routledge, 1998.
- BRENNER, Neil. **New State Spaces**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- DUNFORD, Michael; PERRONS, Diane. **The Arena of Capital**. London: Macmillan, 1983.
- ELSTER, Jon. 1986. The theory of combined and uneven development: a critique. In: ROEMER, John (ed.). **Analytical Marxism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 54-63.
- FAN, Cindy. Uneven development and beyond: regional development theory in post-Mao China. **International Journal of Urban and Regional Research** v. 21, n. 4, p. 620-639, 1997. Disponível em: DOI: 10.1111/1468-2427.00105. Acesso em: 12 ago. 2022.
- Gregory, Derek. 1989. Areal differentiation and postmodern human geography. In: GREGORY, Derek; WALFORD, Rex (ed.). **Horizons in Human Geography**. London: Macmillan, 1989. p. 67-96.
- HARVEY, David. **The Limits to Capital**. London: Verso, [1982] 2006.
- HARVEY, David. 2012. **Rebel Cities**. London: Verso, 2012.
- HARVEY, David. **Seventeen Contradictions and the End of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- HUDSON, Ray. **Wrecking a Region**. London: Pion, 1989.
- HYMER, Stephen. The multinational corporation and the law of uneven development. In: JAHDISH, Bhagwati N. (ed). **Economics and World Order**. London: Collier-Macmillan, 1972. p. 113-140.
- JOHN, Peter; MUSSON, Steven; TICHELL, Adam. England's problem region: regionalism in the South East. **Regional Studies**, v. 36, n. 7, p. 733-741, 2002. Disponível em: DOI 10.1080/034340022000006051. Acesso em 12 ago. 2022.
- MANDEL, Ernest. **Trotsky**. London: New Left Books, 1979.
- MASSEY, Doreen. In what sense a regional problem?. **Regional Studies**, v. 13, n. 2, p. 233-243, 1979. Disponível em: DOI: 10.1080/09595237900185191. Acesso em: 12 ago. 2022.
- MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour**. London: Macmillan, 1984.
- MASSEY, Doreen. **Spatial Divisions of Labour**. 2ª ed. London: Macmillan, [1984] 1995.
- PECK, Jamie; SHEPPARD, Eric. Worlds Apart? Engaging with the World Development Report 2009: Reshaping Economic Geography. **Economic Geography**, v. 86, n. 4, p. 331-340, 2010. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1944-8287.2010.01093.x. Acesso em: 12 ago. 2022.
- PECK, Jamie; TICKEL, Adam. The social regulation of uneven development: regulatory deficit, England's south east, and the collapse of Thatcherism. **Environment and Planning A**, v. 27, n. 1, p. 15-40, 1995. Disponível em: DOI:10.1068/a270015. Acesso em 12 ago. 2022.
- SMITH, Neil. The geography of uneven development. In: DUNN, Bill; RADICE, Hugo. **100 Years of Permanent Revolution**. London: Pluto, 2006. p. 180-195.
- SMITH, Neil. **Uneven Development**. Athens, GA: University of Georgia Press, [1984] 2008.
- TROTSKY, Leon. **History of the Russian Revolution**. Chicago: Haymarket Books, [1932] 1980.
- ZHANG, Jun; PECK, Jamie. 2014. Variegated capitalism, Chinese style: regional models, multi-scalar constructions. **Regional Studies**, v. 50, n. 1, p. 52-78, 2006. Disponível em: DOI: 10.1080/00343404.2013.856514. Acesso em: 12 ago. 2022. ■

Luísa Sobral é mestranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, assessora técnica na Secretaria de Estado do Planejamento do estado do Piauí e está concluindo sua dissertação sobre o tema Desenvolvimento Desigual e Combinado a partir da região do Matopiba. Ela faz parte do corpo de editores desta revista e do grupo de pesquisa Espaço e Poder, também no IPPUR. Também é revisora e tradutora. lusobralc@gmail.com

Hipólita Siqueira é economista e pesquisadora da área de estudos urbanos e regionais. hipolitaufjr@gmail.com